

Prioridades da agenda comercial brasileira

ENTRE WASHINGTON E BRUXELAS, A ESCOLHA DEVE SER GENEVRA

MARCELO DE PAIVA ABREU

O Brasil terá de enfrentar, nos próximos anos, uma agenda de negociações comerciais extremamente pesada. Mesmo sem levar em conta novas iniciativas de natureza bilateral, em especial a aproximação em relação a outras grandes economias em desenvolvimento, tais como África do Sul, China, Índia ou Rússia. De qualquer modo, tais iniciativas, embora possam ter implicações políticas importantes, dificilmente terão grande impacto no médio prazo sobre os fluxos comerciais bilaterais, dada a modéstia dos fluxos atuais. As negociações já em pauta se desenvolverão em pelo menos quatro direções: Organização Mundial do Comércio (OMC), Alca, Mercosul-União Européia e aprofundamento e ampliação do Mercosul.

Finalmente ocorreu o lançamento de nova rodada de negociações multilaterais em Doha e as tratativas relativas ao programa de trabalho deverão estar concluídas até o início de 2005. No âmbito da Alca, a aprovação da Trade Promotion Authority pela Câmara de Deputados dos Estados Unidos no fim do ano passado, embora acompanhada de condicionalidades que poderão comprometer o êxito das negociações, sugere que haverá aprovação pelo Senado, que legitimará a posição negociadora do Executivo norte-americano em processo que culminará também no início de 2005.

As negociações entre Mercosul e União Européia estão em curso. Em julho de 2001, a União Européia apresentou a sua oferta de negociação tarifária e não-tarifária relativa a bens, bem como propostas sobre serviços e compras governamentais. No final de setembro, o Mercosul apresentou a sua proposta e, em princípio, a expectativa seria que o assunto fosse retomado no âmbito do Comitê de Negociações Birregionais em reunião a ser realizada em Buenos Aires, em março de 2002. Por fim, o abandono da paridade argentina na virada do ano tem entre suas conseqüências mais importantes a possível superação, ao menos no médio prazo, das crescentes dificuldades bilaterais entre Argentina e Brasil desde a desvalorização brasileira do início de 1999. Passada a fase mais atribulada da aterrissagem de um regime cambial alternativo à paridade, poderiam estar criadas as condições para retomar negociações quanto ao aprofundamento do Mercosul e, também, quanto a eventuais negociações para a inclusão de outros parceiros.

Diferentes cenários quanto aos desdobramentos políticos no Brasil em 2002 poderão afetar os rumos da diplomacia econômica brasileira, embora freqüentemente seja exagerada, mesmo no caso de vitória da oposição, a margem de manobra para alteração radical da postura ou envolvimento da diplomacia brasileira em diversos foros de negociação. Há elementos inerciais importantes que devem ser levados em conta: o Brasil continuará membro da OMC; o Brasil presumivelmente honrará seus compromissos internacionais quanto a se engajar em negociações internacionais e buscar resultados que estejam em sintonia com os interesses nacionais e tenham o necessário respaldo político interno.

No quadro da economia política da proteção é provável que, em vários dos cenários internos pós-eleição que possam ser hoje vislumbrados, a postura brasileira tenda a ser menos comprometida com o avanço da liberalização do que atualmente. Mas esta constatação não tem nenhum desdobramento substancial no plano multilateral. A nova rodada avançará, ou não, em função dos interesses dos Estados Unidos e da União Européia e, talvez, de coalizões permanentes ou temporárias de outros membros da OMC. No caso das negociações da Alca e no quadro Mercosul-União Européia, é claro que a posição brasileira tem muito mais peso do que no terreno multilateral. Dependendo do cenário, poderá haver grande resistência à maior abertura da economia à concorrência dos produtos industriais norte-americanos e europeus.

As negociações na OMC servirão de marco de referência para as demais negociações comerciais em que estará envolvida a diplomacia comercial brasileira nos próximos três anos. O ideal do ponto de vista brasileiro seria que Estados Unidos e União Européia trocassem como concessões recíprocas na OMC alguma reforma da legislação norte-americana antidumping (AD) por um compromisso efetivo da

União Européia quanto ao protecionismo agrícola, especialmente quanto a subsídios às exportações. As negociações na Alca e entre Mercosul e União Européia poderiam, então, concentrar-se, no caso da Alca, nos picos de proteção norte-americanos, especialmente em produtos agrícolas, e, no caso da União Européia, no aprofundamento da liberalização multilateral agrícola e na aceleração da redução das tarifas sobre produtos industriais apresentadas na tímida proposta inicial.

Um perigo a ser evitado no plano bilateral ou regional é que o Mercosul (ou o Brasil) faça concessões relativas à obtenção de seus objetivos centrais (AD e agricultura) nas negociações com Washington (e o resto do Hemisfério) e Bruxelas e, depois, veja o tratamento preferencial conquistado ser substancialmente erodido pelo desenvolvimento das negociações multilaterais. Desse ponto de vista, um cronograma ideal subordinaria as duas negociações não multilaterais aos avanços que possam ser obtidos em Genebra. Se realmente existir base para otimismo quanto ao avanço na OMC, o ritmo das negociações Mercosul-União Européia e Alca deveria ser desacelerado, à espera dos resultados na OMC.

Se as negociações multilaterais não prosperarem em relação aos dois temas que são mais caros à diplomacia econômica brasileira, AD e agricultura, é muito improvável que tal aconteça no quadro da Alca ou das negociações com a União Européia, tendo em conta a assimetria de interesses em jogo e a relutância dos Estados Unidos e da União Européia em discutir os temas cruciais de sua política comercial, ainda mais fora de Genebra. Seria bastante duvidoso que essas negociações chegassem a bom termo, pelo menos do ponto de vista do Brasil.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.